

1. A criança tem direitos ou os adultos têm deveres?

Em África, de um solo argiloso, foram recentemente desenterrados fósseis que se calcula terem mais de um milhão de anos de idade e que mostram um grupo de adultos transportando e amparando uma criança. Se esta interpretação é correcta, estes fósseis são o mais antigo documento paleontológico comprovativo de um cuidado especial para com as crianças e, logo, que esse cuidado seria um princípio milenar do comportamento social do homem.

E realmente, desta cena vivida no terreno argiloso até aos nossos dias, tanto a tradição oral, como os mandamentos religiosos como, ainda, a literatura e a arte contém inúmeras provas de ininterrupta existência desse princípio.

Por isso, não pode deixar de se estranhar que ao fim de uma tão longa marcha, evoluindo para civilizações cada vez mais sofisticadas, seja necessário ainda hoje mencionar e lutar pelos Direitos da Criança. João dos Santos, com a sua aguda sensibilidade, disse-o em «Cadernos de Educação II»: «Se é necessário elaborar, articular e publicar e de certo modo impor todos os direitos consignados na Declaração é porque eles não são universalmente praticados nem aceites [...]. Então não é óbvio, não é evidente, não está implícito no facto de existirem crianças que as suas necessidades básicas devem ser satisfeitas? [...] Que espécie de gente é esta?»

E se parece estranho que seja necessário pôr os Direitos da Criança em forma de letra, muito mais estranho é que essa letra seja letra morta e que no limiar do século XXI continuem a não ser cumpridos ou a ser, simplesmente, ignorados.

Promulgados em 1959 pela Assembleia Geral das Nações Unidas na Declaração dos Direitos da Criança, aprovados em 1989 pela mesma Assembleia na Convenção Relativa aos Direitos da Criança e, finalmente, ratificados em 1991 por dezenas de estados, os Direitos da Criança continuam neste planeta a ter muito pouco peso.

No fundo, muitas palavras e pouca acção, um enunciado de intenções piedosas — Declaração Universal sobre a Sobrevivência, Protecção e Desenvolvimento das Crianças — desacompanhado de qualquer projecto financeiro que comprometa os estados signatários e que represente um primeiro passo pragmático e útil para a solução do problema. Para quê promessas que não se vão cumprir?

Porquê este estagnar num campo evidentemente tão justo e tão importante?

Abranches Ferrão, ao intervir como jurista no Simpósio organizado pelo Instituto de Apoio à Criança, explicou o fenómeno. É que para implantar um direito é necessário poder. Os homens tiveram-no no século XVIII, assim como já neste século, outros grupos: por exemplo, as mulheres e os negros.

As crianças, grupo vulnerável e sem qualquer força perante os grupos organizados e dominadores dos adultos, só têm os direitos que lhes forem concedidos. Os seus «direitos» não são conquistados, são inspirados, ditados e facultados pelos adultos que através das instituições e dos tribunais agem em nome das crianças, raramente lhes garantindo a oportunidade de fazerem ouvir a própria voz.

Os Direitos do Homem foram criados para defender o homem da violência do homem, outorgando-lhe assim a qualidade de «sujeito de direito». Os Direitos da Criança foram imaginados para defender a criança da violência do homem, o que traduz uma evidente assimetria.

Afinal, o que se passa é que, realmente, as crianças não têm direitos. A única verdade prática é que o homem tem deveres para com a criança.

Esses deveres podem dividir-se em dois grupos: os grandes deveres universais — protecção contra a fome, a doença, o abandono, ou a exploração — e os deveres simples da vida quotidiana e que dizem respeito à família, e à escola.

Nestes últimos, houve já alguma intervenção/reivindicação útil dos adolescentes.

Um ponto especialíssimo de conflito é a própria família, perante a qual a criança luta pela aquisição e implantação legal daquilo a que, hoje, se chama «os novíssimos direitos», como por exemplo, o de não ser batido pelos pais — já implantado na Suécia —; o de escolher a maneira de se vestir e de se pentear (ou despentear); o de, no caso de divórcio, optar pelo progenitor com quem passará a viver; o de recusar os pais que o adoptaram; o de receber integralmente o abono de família; o de ter trabalho temporário durante as férias, etc.

A escola é outro dos locais de choque entre a criança e a sociedade.

É que as escolas são, muitas vezes, verdadeiros enclaves de autoritarismo e de totalitarismo, com forte repressão sobre os estudantes e a consequente rebelião destes.

Defendem alguns que a escola, protegida pelo poder judicial deve manter uma autoridade forte para não correr o risco de que surja uma era revolucionária de indisciplina, de permissividade e de anarquia. Outros pensam de modo diferente.

Deste desacordo surgiu uma volumosa jurisprudência, que nas suas linhas gerais concluiu que às escolas não cabe uma autoridade total sobre os estudantes, que dentro delas — como já antes, fora delas — continuam a ser pessoas na posse de todos os seus direitos constitucionais: o direito de reunião e de associação; o direito de editar boletins ou jornais livres de censura; o direito de intimidade e de inviolabilidade da sua secretária e cacifo; o direito a inquérito e a processo disciplinar no caso de ameaça de suspensão ou de expulsão; o direito a protecção contra a punição corporal; o direito de participação e de voto nas reuniões do conselho escolar, etc.

Porém, a grande violação dos Direitos da Criança é ecuménica e, como antes referido, diz respeito à fome, à doença, ao abandono, à exploração, em números que atingem a casa dos milhões. Nestes todas as tentativas de intervenção profícua têm, até aqui, sido infrutíferas.

Assim, no mundo vegetam hoje centenas de milhões de crianças com subnutrição grave e sem escola e dezenas de milhões sem lar, vagueando pelas ruas, entregues à droga, à prostituição, ao crime. Milhões são refugiados da guerra e centenas de milhares são usados como guerrilheiros — verdadeira «carne para canhão» — por políticos sem escrúpulos que se aproveitam do seu entusiasmo e da sua disponibilidade.

São estes os vergonhosos números da miséria.

Mas há mais: 16 milhões de crianças morrem anualmente vítimas de doença, prevendo-se que não falte muito para este número crescer para 20 milhões.

Se essas crianças morressem devido a doenças muito incapacitantes e incuráveis ou a anomalias não compatíveis com a vida, isso, embora com os meios de prevenção de que hoje dispomos fosse grave, poderia, até certo ponto ser considerado natural ou desejável. A realidade, porém, é que a maioria morre de fome ou devido a doenças tratáveis ou evitáveis (como pneumonia, enterites, sarampo ou tosse consulva). Mas, e em linguagem da Organização Mundial de Saúde (OMS), isto não é mais do que a parte visível do *iceberg*, porque mais de 1 bilhão de crianças vive, ainda hoje, no final do século XX, em condições sub-humanas, com fome, sem ensino, em promiscuidade e sem habitação condigna, cronicamente infectadas e parasitadas e privadas da assistência indispensável.

Estima-se que centenas de milhões sofrem de bócio, de anemia e de cegueira por carência de um remédio tão acessível e tão barato como a vitamina A.

Dessas crianças, a grande maioria nasceu na África, na América Latina e no Sul da Ásia, isto é, nos países do 3.º mundo; mas o 3.º mundo não se limita àquelas áreas, existe também noutras e também em Portugal há comunidades rurais com condições de vida semelhantes.

Porém, não é nas crianças dos distritos rurais que, entre nós e em outros países da Europa e das Américas, reside o maior problema. Nos «bairros de lata» da periferia das grandes cidades vivem milhões de crianças em condições talvez piores que as do 3.º mundo. As crianças deste chamado 4.º mundo pertencem a famílias primitivamente rurais que a industrialização arrancou do seu *habitat* natural e deslocou para as zonas suburbanas. Desenraizadas aí vivem sem o apoio da parte da família e dos amigos que ficaram na terra de origem, afastadas dos seus hábitos tradicionais e ecologicamente mais desprotegidas que as do 3.º mundo.

As suas zonas são verdadeiros — *ghettos* entre os bairros residenciais agradáveis que lhe estão interditos. Privadas de identidade social, espécie de subproletariado, a exclusão, a vergonha, a desconfiança, o

medo e a revolta são as leis que as regem. Com uma natalidade, uma pirâmide etária e uma mortalidade infantil semelhante às do 3.º mundo, às doenças clássicas daquele associam outras como a toxicodependência, a delinquência, a prostituição, a maternidade precoce. E por vezes até o suicídio. Só na Europa, calcula-se em 10 milhões o número de pessoas que vivem neste meio.

Para solucionar este infamante e trágico estado em que ainda hoje se encontram estas crianças em todo o mundo, foram criadas dezenas de organizações internacionais e nacionais, tais como a World Health Organization (WHO), a Food and Agriculture Organization (FAO), a Foudation for Internacional Child health, o Save the Children Fund, o Centre International de l'Enfance, a International Pediatric Association (IPA), o Non Governamental Organization Committe of UNICEF, o Children's Research Fund e muitas outras que se multiplicam em conferências, congressos, simpósios e mesas redondas.

O problema é que estas organizações não têm nem poder nem dinheiro.

Assim, tomemos por exemplo a UNICEF que em colaboração com a OMS se dedica ao desenvolvimento de todos os cuidados primários: o seu orçamento anual foi, há anos, estimado em cerca do preço de 2 navios de guerra, conseguidos quer com donativos dos governos, quer das Nações Unidas, quer, e parece que voltámos aos chazinhos de caridade, com dádivas particulares.

Entretanto, proclamou-se o Ano Internacional da Criança, o Dia da Criança, o Dia da Saúde é dedicado à criança, criam-se emblemas e *posters* alusivos, inventam-se *slogans*, nomeiam-se as indispensáveis comissões, proferem-se frases como «a partir de hoje», «chegou o momento», «este ano acordarão as consciências», «lançar-se-ão novos programas», vai-se motivar, sensibilizar, incentivar, pressionar.

Mas, apesar de toda esta febril actividade (que certamente reflecte uma má consciência), sabe-se que a mortalidade e a morbilidade das crianças do 3.º mundo se tem constantemente agravado nos últimos anos.

O objectivo traçado pela OMS no relatório de Alma-Ata foi: «saúde para todos no ano 2000».

Porém, se continuarmos a usar os meios que se usaram até agora, este objectivo é uma verdadeira utopia.

Mais adiante, no Relatório de Alma-Ata afirma-se:

«É possível alcançar o objectivo mediante uma melhor e mais completa utilização dos recursos mundiais dos quais uma parte considerável se destina, na actualidade, a armamento e a conflitos militares. A promoção do desarmamento e desanuviamento poderiam libertar recursos adicionais melhor empregues para fins pacíficos [...]». É aqui que se põe o dedo na ferida. Mas este dedo é posto muito suavemente e de um modo contemporizador, quase cúmplice.

Seria fútil lembrar que o dinheiro empregue em armamento durante alguns (poucos) dias do ano resolveria todos estes problemas. Entretanto, a doença, a fome, a miséria continuam largamente espalhadas no mundo e isso é olhado com fatalismo e não suscita senão indiferença. Poder-se-á argumentar que essas mortes de crianças são até necessárias como um meio de combater a explosão demográfica. Porém, não é assim, bem antes pelo contrário. As mesmas causas que matam todos os anos desnecessariamente milhões de crianças, por falta de cuidados elementares, são responsáveis por uma natalidade elevadíssima que leva ao nascimento anual de cerca de 10 vezes mais crianças. A mesma assistência que reduziria a mortalidade, reduziria a natalidade.

Existe, uma espécie de ciclo vicioso, e será difícil, enquanto não decrescer a mortalidade infantil, que os casais, por um natural instinto de protecção e de sobrevivência da família, aceitem colaborar em campanhas de planeamento familiar.

Uma vez reduzida a mortalidade poder-se-á, então, controlar a natalidade evitando, assim, muitas gravidezes que põem em risco a vida da mãe e do feto, bem como, no caso de famílias numerosas, a saúde dos irmãos e do próprio pai, e a estabilidade do agregado.

Embora não tenha sido considerado na Declaração Universal dos Direitos da Criança, o primeiro direito de uma criança, não só cronologicamente, mas também em valor real, é o de não ser gerada sem ser desejada e sem que lhe sejam dadas garantias de uma vida com o mínimo de qualidade.

Mas, tudo aponta para que não haja esperança de modificações a curto prazo.

Todos os dias surgem novos focos de guerra entre países vizinhos ou até de guerra civil; um terrorismo para o qual não existem barreiras

eficazes invade as cidades mais civilizadas da Europa; os governos, mesmo os dos países mais pobres, arruinam-se na compra de material bélico caríssimo aos governos dos países mais ricos que lho vendem; pertencer ao já não muito exclusivo clube nuclear, constitui a ambição máxima; os políticos e os partidos indiferentes ao resto, tecem a sua teia de cumplicidade e de mentira; e a troco de outro inventa-se, com fins eleitoralistas, frágeis tratados de desanuviamento cheios de reserva e de suspeita.

Temos, hoje, o maior cuidado em avaliar com rigor as taxas de proteínas, lípidos e hidratos de carbono, minerais e até de oligoelementos na alimentação das crianças e esquecemos que essas mesmas crianças bebem leite — incluindo o das próprias mães — com DDT, comem peixe com mercúrio, carne com antibióticos e hormonas e fruta com pesticidas, respiram o ar com monóxido de carbono e até já nem as radiações solares recebem com as adequadas energias luminosa e calórica. De tudo isto resulta doença e especialmente o risco de aumento significativo de anomalias congénitas e de neoplasias.

Temos, hoje, o maior cuidado em assegurar o equilíbrio emocional das crianças rodeando-as de afecto e de amor e dando-lhes um ambiente onde haja segurança e alegria e, no entanto, parece que esquecemos que a vida a que as sujeitamos conduz cada vez mais à pressa, à impaciência, à desconfiança, à tensão, à angústia. Proclamamos o direito das crianças a uma vida sã, feliz e digna e, no entanto, parece que esquecemos que a violência, a destruição da natureza, a pornografia, a procura do prazer imediato e a adoração do dinheiro têm cada vez maior peso no dia-a-dia das sociedades.

Falamos em paz universal e, no entanto, uma corrida criminosa para o poder de destruição, entre os estados, não deixou, ainda, de nos ameaçar.

É este o mundo-cão em que vivemos. Como lembrou há tempos a Organização Mundial de Saúde, «somos a primeira geração na história da humanidade que dispõe de conhecimentos e dos meios necessários para resolver os problemas da saúde» e «a promoção da saúde universal contribuiria mais para a paz que todos os tratados de desanuviamento».

Se é bom que meditemos sobre os holocaustos passados, é necessário que não esqueçamos o holocausto presente, tão criminoso como os anteriores, o holocausto anual de milhões de crianças.

Perante este trágico panorama para quê falar em Direitos da Criança? É que as palavras não são inocentes, há que dizer as coisas pelo seu nome, que reconhecer que as crianças não usufruem de direitos e que a expressão serve apenas para apaziguar a culpabilidade dos adultos.

Devemos calar essa mentira e passar, por agora, a dizer: deveres dos adultos.

Só quando deles fizermos deveres indiscutíveis, indesmentíveis, inalienáveis e os cumprirmos, conquistaremos, então, nós próprios, o direito de falar em Direitos da Criança.

José Miguel Ramos de Almeida
J. M. R. A.